



Lysiane Maciel

Esquerdas se unem contra conservadores

O deputado Lysiane Maciel (PDT/RJ), relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantidos, denunciou ontem a ação de "setores conservadores de dentro e de fora do Congresso" que estão se articulando para evitar a aprovação de relatórios e anteprojeto de leis...

Reserva de mercado mantida

Vitória do grupo progressista na Subcomissão de Ciência

A manutenção da reserva de mercado interno, visando o desenvolvimento econômico e a autonomia tecnológica nacional, foi a principal vitória do grupo progressista da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, durante a votação do parecer da relatora Cristina Tavares (PMDB-PE) sobre as emendas apresentadas ao seu anteprojeto original...

pretendia a relatora Cristina Tavares. A vitória de maior expressão foi obtida na votação do artigo segundo, que estabelece a reserva de mercado. O deputado Arnold Floravante (PDS-SP) apresentou uma emenda que também considerava o mercado interno como patrimônio nacional, mas deixava para a legislação ordinária a decisão sobre a reserva de mercado interno...

deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) que veta totalmente o fornecimento de informações de caráter pessoal contidas em bancos de dados, exceto em juízo. O parecer da relatora estabelecia como facultativo o fornecimento destas informações. Ela perdeu novamente no artigo sétimo, onde o deputado Francisco Diógenes apresentou uma emenda com normas mais genéricas a respeito da proteção aos trabalhadores...

biscitaria para a instalação de centrais para a produção de energia elétrica ou beneficiamento de urânio, mas a exigência foi mantida apenas para a implantação de centrais nucleoeletricas. A sessão começou às 9h30 e terminou às 18h, devido aos entraves encontrados para o início da votação. As manobras regimentais surgiram dos dois lados, já que havia um grande equilíbrio entre conservadores e progressistas...

PT ensina a participar da Assembléia

"Ajude a escrever um capítulo da nossa Constituição/portando sempre o seu título/para assinar a moção". Com esta quadri- nha e o slogan "Não deixe seu título em casa", o deputado Vítor Bualiz (PT-ES) lançou a campanha de conscientização e abertura de canais de informações à população brasileira...

A primeira providência do deputado foi enviar à Mesa da Assembléia um requerimento de destaque, dentro do programa Diário da Constituinte, sobre como deverão ser colhidas as assinaturas. É importante, segundo ele, que a população conheça também o modelo de formulário a ser usado para as propostas de emendas e saiba que é necessário portar o título de eleitor para preencher os dados do formulário.

Deputado quer mais debate sobre empresa

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) defendeu ontem o estabelecimento de critérios mais claros na definição do que seja uma empresa nacional na nova Constituição. Ele manifestou-se também favorável a uma lei mais rígida que propicie um controle mais eficaz sobre a atuação dos bancos no País.

Conforme disse o parlamentar, a questão da empresa nacional e dos bancos ainda não foi tratada de maneira mais profunda pelo anteprojeto elaborado pelo deputado Virgildásio de Senna, relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica. O relatório vai ser submetido a votação do plenário da subcomissão neste final de semana. Luiz Salomão disse que vai lutar para aprovar emendas que melhorem o anteprojeto.

Covas manobra pela reforma agrária

A indicação do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) para integrar a Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária poderá aumentar a chance de vitória do anteprojeto do relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). Os constituintes da ala mais conservadora prepararam um anteprojeto substitutivo, de autoria do deputado Rosa Prata, que já conta com onze assinaturas. O voto de minoria poderá ser de deputado Santinho Furtado (PMDB-PR) que ainda não se definiu entre um dos dois anteprojeto.

Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que ampliou de 21 para 25 o número de membros efetivos na sua subcomissão. Disse que nutria "algumas dúvidas" sobre a validade da iniciativa, uma vez que as outras subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica têm um número menor de deputados efetivos, entre 17 e 18 parlamentares. A partir de agora, a participação do PMDB na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária subiu para 13. Os demais partidos somados possuem 12 representantes.

rá às 14:30, podendo estender-se pelo domingo. Nas outras subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica, não houve a apresentação de anteprojeto substitutivo. O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), primeiro vice-presidente da Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na economia afirmou que o relatório do deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA) aglutinou diversas posições defendidas pelos constituintes membros da subcomissão, ainda que mais de 400 emendas tenham sido apresentadas até ontem (20) à noite. Em sua opinião, os artigos referentes à intervenção do Estado na economia sofrerão maiores rejeições. Outra

questão polêmica é a iniciativa privada que, de acordo com o anteprojeto do relator, terá a sua autonomia cerceada por lei. Para Afif Domingos, livre iniciativa não pode ser tolhida em camisa-de-força. "Ela é aceita ou não", concluiu. Na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, o relator, deputado José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG) fará uma apresentação preliminar do seu parecer amanhã (22). A votação do anteprojeto final será feita no sábado ou domingo. A exemplo do que ocorreu na Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na economia, não houve apresentação de anteprojeto substitutivo.

Referendo irá consagrar a futura Carta

Referendo popular à nova Constituição foi a questão mais polêmica na votação, ontem, do relatório da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, que praticamente concluiu seus trabalhos — falta apenas a votação da redação final do anteprojeto. O deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) pediu destaque para apreciação em separado de emenda de sua autoria que pretendia eliminar o referendo. A proposta de Nedel obteve seis votos a favor, contra cinco pela manutenção da consulta popular. Mas como qualquer alteração no relatório somente pode ser feita por maioria absoluta — no caso, 10 votos —, o referendo foi aprovado.

signados pelo Senado, dois pela Câmara dos Deputados, quatro pelo Conselho Nacional da Magistratura, dois pela Ordem dos Advogados do Brasil, dois pelo Ministério Público da União e quatro de livre nomeação do chefe do Poder Executivo. Os ministros serão designados por um período de oito anos, vedada a recondução; examinarão preventivamente a constitucionalidade de qualquer norma constante de tratados, acordos e atos internacionais; e autorizarão a decretação do estado de sítio ou do estado de emergência.

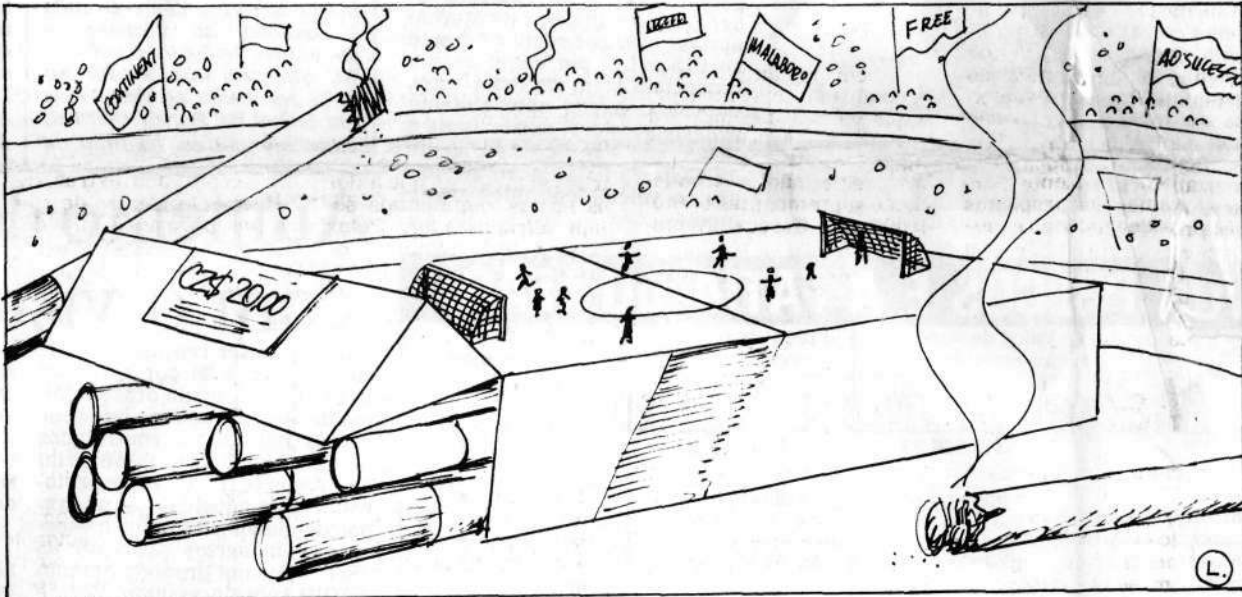
O anteprojeto, aperfeiçoado a partir do exame de 70 emendas, cria o Tribunal Constitucional e tem três artigos que visam a desestimular golpes e a garantir a Constituição. O primeiro dispõe que a Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou se for modificada por meio diverso do previsto em seu próprio texto, e estabelece que, nestas hipóteses, não de autoridade, terá o dever de colaborar para o restabelecimento da plena e efetiva vigência da Constituição.

Caberá também ao Tribunal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou norma, e o não cumprimento da Constituição, por omissão das medidas legislativas ou executivas necessárias para que as normas constitucionais sejam efetivas. O Tribunal dará ao órgão do Poder Público um prazo para adoção das providências, sob pena de responsabilidade e suprimento pelo próprio tribunal.

O segundo artigo sobre a matéria prevê que ficará impedido de ocupar cargo ou exercer função pública, civil ou militar, quem atentar por meios violentos contra a Constituição, que são inafiançáveis aos crimes praticados contra a Constituição, e que a prescrição da punibilidade só começará a correr a partir da data do restabelecimento da ordem constitucional. Eventual anistia a autores de atentados contra a Carta só pode ser concedida por lei aprovada por dois terços de cada Casa do Congresso. Por maioria absoluta de seus membros, segundo o terceiro artigo, o Congresso pode decretar o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilícitamente à custa dos cofres públicos.

O anteprojeto confere ao presidente da República, ao procurador-geral da República, a 50 deputados, a 20 senadores, à Assembleia Legislativa, a 10 mil cidadãos, a entidades associativas nacionais com mais de um ano de funcionamento e ao Defensor do Povo legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade em tese. Para a declaração de inconstitucionalidade por omissão, são partes legítimas o procurador-geral da República, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer cidadão, as entidades associativas, os tribunais superiores, um terço de qualquer uma das Casas do Congresso, e quem diretamente sofrer violação de direito por inércia do Poder Público.

E prevista a acusação contra o presidente da República ou ministro de Estado com o objetivo de alcançar a sua destituição do cargo, por violação intencional da Constituição, a partir de iniciativa do Congresso. O anteprojeto prevê ainda a participação das Assembleias Legislativas e de eleitores na reforma e na apresentação de emendas.



Copa de 90 entra no lobby dos comerciais de cigarro

ESTELA LANDIM Da Editoria de Política

A Copa do Mundo estaria ameaçada de não ser realizada no Brasil se a nova Constituição proibisse a propaganda comercial de cigarros e bebidas alcoólicas em todo o País. O presidente da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, deputado José Elias (PTB-MG) sorri ao comentar que até mesmo este tipo de pressão ele recebeu por causa do artigo 7º do anteprojeto da Subcomissão. Os empresários do setor de saúde também jogaram duro contra o anteprojeto que prevê a possibilidade do Poder Público desapropriar ou expropriar os serviços de saúde de natureza privada.

Mosconi (PMDB-MG), deveria apresentar o parecer sobre as 326 emendas recebidas, mas alegou que não foi possível e a reunião para a discussão e votação teve que ser transferida para hoje de manhã. Um dos telex encaminhados ao presidente da subcomissão de Saúde é assinado pelo presidente da Associação Brasileira de Hospitais, Wilson Freua, onde ele diz que o parecer do relator "é causa de perplexidade e indistúrgvel espanto. A perplexidade é causada pela constatação do irrealismo do texto proposto, em nada condizente com a realidade nacional, seja nos aspectos técnicos, administrativos, jurídicos ou ideológicos. A agressão à iniciativa privada e à sua própria supressão da função preconizada no anteprojeto tem um caráter ideológico sem qualquer apoio na realidade dos fatos e prática do setor". De acordo com o anteprojeto, as ações e serviços de

saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. Para os donos de hospitais, a proposta "colide desastrosamente com a realidade nacional e com a própria realidade mundial". Eles chegam a citar que a União Soviética encontra-se neste momento "ultrapassando os umbrais de exclusivismo ditado pelo sectarismo ideológico para estabelecer sistemas alternativos de saúde, incluindo-se a clínica médica particular". Se os empresários pressionam de um lado, o movimento popular também se mobiliza de outro. A plenária Nacional de Entidades e Movimentos Populares de Saúde está coletando assinaturas para a apresentação de uma proposta de emenda ao dispositivo de saúde do projeto de Constituição. A proposta defende o sistema único de saúde. Segundo o presidente da subcomissão, o lobby é exercido de todos os lados.

Alguns setores reclamam porque o anteprojeto avançou pouco no aspecto social. O deputado José Frejat é um ferrenho defensor do artigo que proibe a propaganda comercial de cigarros, medicamentos e bebidas alcoólicas. Ele diz que neste assunto o Brasil está atrasado 21 anos com relação aos Estados Unidos. "Já devíamos ter feito antes", afirma, comentando que se depender dele o artigo será mantido. "Eu não abro mão disso porque é um crime o que acontece no Brasil", afirma. A partir de hoje os constituintes que integram a subcomissão irão votar as emendas e não será uma tarefa fácil. Mas se as pressões estão sendo exercidas desta forma nesta primeira fase dos trabalhos da Constituinte, o presidente da Comissão da Ordem Social, deputado Edme Tavares, afirma que daqui para a frente o lobby será ainda muito maior.

Uldurico gostou e quer repetir

1º de fevereiro do ano 2001. Esta deveria ser a data da próxima Constituinte, de acordo com proposta do deputado Uldurico Pinto (PMDB-BA) à Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas. Enquanto a maioria dos políticos defende uma Carta duradoura, Uldurico Pinto dá para o novo texto constitucional um prazo de vigência de apenas 14 anos. A sugestão exótica do parlamentar baiano foi rejeitada ontem pela subcomissão, a partir de parecer do relator, deputado Neilton Friedrich (PMDB-RS), para quem "é cedo para se prever o fim de uma Constituinte que ainda não se elaborou". — No momento em que

procuramos criar instrumentos de sustentação para a estabilidade da Constituição, a emenda prescreve que a mesma deverá ser substituída por outra, a partir do ano 2001, iniciando-se com a eleição em 15 de novembro de 2000 para a escolha dos membros da "Assembleia Geral do Povo Brasileiro", afirmou Friedrich. A proposta de Uldurico Pinto vai mais além: estabelece que "qualquer cidadão brasileiro poderá participar dos debates e/ou apresentar propostas à Assembleia Nacional Constituinte", e define que a participação popular deverá ser assegurada "através das conquistas tecnológicas da revolução techno-

científica nas áreas de comunicação de massa e informática, pela implantação de uma rede de comunicação nacional, garantindo a cada cidadão sua participação nos debates. Duas outras emendas foram rejeitadas pela subcomissão. Apresentadas pela deputada Maria de Lourdes Abádia (PFL-DF), elas causam no mínimo estranheza. A primeira prevê que "acima da Constituição só é soberana a vontade popular expressa na forma da lei", e a segunda prescreve: "Cumpra-se a presente Constituição". Em parecer sobre a primeira proposta, Friedrich afirmou que a emenda "constitui total subversão lógica e jurídica".



Maria de Lourdes

Constituinte está agitada, diz Cardoso

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que está formando um grupo de deputados e senadores, eleitos sob diversas legendas, "preocupados com o desenvolvimento dos trabalhos na Constituinte, com o objetivo de, em ambiente de respeito e tranquilidade, dotar o País de uma Constituição que reafirme o primado da liberdade, combata o excesso de estatização, confira ao Governo os instrumentos capazes de resolver os grandes problemas nacionais, entre outras coisas". Segundo o parlamentar paulista, esse bloco parlamentar em formação representa o "centro da Assembleia Nacional Constituinte que procurará restabelecer na Constituinte as grandes causas nacionais". "A Constituinte está muito agitada", por isso, é preciso um grupo de parlamentares para controlar este clima que ela vive" — observou o parlamentar.

Para Cardoso Alves, esse grupo não é de apoio ao Governo e sim das causas de constituinte e do povo brasileiro. Segundo ele, o grupo deverá ser formado por cerca de 300 parlamentares de diversos partidos e terá duração limitada — até o término dos trabalhos da Constituinte, quando então o grupo se dissolverá.



Cardoso Alves